

## **ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **Introdução**

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestação de contas exigidas no ponto 2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e na Resolução n.º 4/2001, de 18 de Agosto do Tribunal de Contas, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

Efectivamente, as demonstrações financeiras por si só, não evidenciam, nem esclarecem todas as situações subjacentes aos valores apresentados. Os anexos indicados no POCAL referem-se essencialmente a dois dos sistemas contabilísticos exigidos: contabilidade orçamental e contabilidade patrimonial.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, omitindo-se as notas relativamente às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação, mantendo-se contudo, o número de ordem das que o forem.

Os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efectuados de acordo com os princípios definidos no ponto 3.2 do POCAL. De acordo com o princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre Balanço Final de 2008 e Balanço Final de 2009.

Em observância com o disposto no POCAL, a óptica patrimonial prevalece sobre a óptica económica, excepto para a contabilização das aquisições de bens através da locação financeira, onde se aplica o princípio da substância sobre a forma.

### **8.1 Caracterização da Entidade**

A informação de identificação e caracterização do Município de Castelo de Paiva, encontra-se mencionada no mapa síntese que acompanha a prestação de contas ao Tribunal de Contas, conforme consta do disposto na Resolução n.º 4/2001, de 18 de Agosto do Tribunal de Contas.

### **8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados**

**8.2.1 Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos no balanço e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da autarquia local.**

O POCAL obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos. A contabilidade de custos encontra-se em fase de implementação, processo que se tem revelado complicado, pela necessidade de formação dos recursos humanos e de reestruturação dos serviços.

A ausência da contabilidade de custos não teve efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados, pelo que a informação neles expressa, reflecte a imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo, dos fundos próprios e dos resultados da Autarquia.

#### **8.2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

A comparabilidade das contas de balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem estas duas demonstrações financeiras, excepto para os seguintes casos:

##### **i. Acréscimos e diferimentos**

De acordo com o estabelecido no POCAL, em 2009 os proveitos e os custos passaram a ser reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento. O Município cumpriu assim, com excepção da rubrica de “Proveitos Diferidos - Subsídios para Investimentos”, todos os procedimentos no sentido de se contabilizar os acréscimos de custos e proveitos a realizar, e efectuar o diferimento de custos já suportados mas respeitantes a exercícios seguintes, cumprindo assim o princípio de especialização preconizado pelo POCAL. Atendendo a que a especialização do exercício, só começou a ser efectuada em 2009, a comparabilidade desta rubrica com os valores relevados em exercícios anteriores é claramente afectada em virtude dos procedimentos adoptados em exercícios anteriores.

##### **ii. Provisões**

A constituição de provisões decorre da aplicação de dois princípios estabelecidos no ponto 3.2 do POCAL: princípio da prudência e da especialização (ou do acréscimo).

Assim, de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL: “A constituição de provisões deve respeitar apenas às situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de passivo certo, não devendo a sua importância ser superior às necessidades”. Refere ainda que:” são consideradas situações a que estejam associadas riscos as que se referem, nomeadamente, às aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.”

Face ao exposto, e nos termos da legislação em vigor, no exercício de 2009, pela primeira vez, procedeu-se à constituição de provisões para cobranças duvidosas e para riscos e encargos. No entanto, atendendo a que até à data, não foram constituídas provisões para fazer face a eventuais riscos ou encargos, não é possível estabelecer qualquer critério de comparação com os exercícios anteriores.

##### **iii. Dívidas a terceiros**

No seguimento da auditoria promovida pela Inspecção-Geral de Finanças (IGF), em Julho de 2009, com o objectivo principal de avaliar a evolução do endividamento municipal, foram detectadas situações de dívidas de anos anteriores, que até ao momento não tinham sido reconhecidas contabilisticamente.

Neste âmbito, a fim de corrigir as situações evidenciadas pelo IGF reportadas a exercícios anteriores, efectuaram-se no último semestre de 2009, os ajustamentos que a propósito

se revelaram necessários para efeitos da relevação contabilística das referidas dívidas. Tal situação contribuiu para o aumento substancial do endividamento líquido no final de 2009, colocando em causa a comparabilidade do passivo com os valores relevados em exercícios anteriores.

#### **iv. Resultado Extraordinários - rubrica “Outros Custos e Perdas Extraordinárias”**

Em 2009, verificou-se um acréscimo substancial de cerca de 702% na rubrica de outros custos e perdas extraordinárias, como resultado da relevação inadequada por falta de cabimento orçamental de valores relativos a acções judiciais, cuja resolução veio a ocorrer no 2.º semestre de 2009, conforme consta da explicitação do ponto 8.2.32 deste documento. Tal facto, colocou em causa a comparabilidade dos resultados extraordinários obtidos em 2009 com os valores verificados em exercícios anteriores.

#### **8.2.3 Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.**

##### **Imobilizado**

De um modo geral, o imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, com excepção daquele que, na inventariação inicial, se desconhecia o valor de aquisição ou de produção, sendo nestes casos considerado o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos pelos Serviços de Finanças. As amortizações dos bens do activo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2009 sofreram a primeira amortização no presente ano económico. Os bens de reduzido valor que foram contabilizados como imobilizado em 2009 foram totalmente amortizados no ano de aquisição, atento ao critério de materialidade.

##### **Existências**

A valorização das existências é efectuada através do custo de aquisição, de acordo com os registos e respectiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método utilizado para as saídas de armazém.

##### **Dívidas de e a terceiros**

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Seguindo o princípio contabilístico da prudência em detrimento do princípio do custo histórico utilizado nas operações de relações com terceiros, a rubrica da provisão para dívidas de cobrança duvidosa, corresponde a valores sobre os quais existe incerteza de cobrança efectiva e são provisionadas em função do período dos saldos em dívida e da probabilidade de perda que lhe está associada.

**Disponibilidades:** as disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respectivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

## **Provisões**

As provisões para cobranças duvidosas correspondem aos montantes anuais em dívida apurados pelos serviços da Autarquia responsáveis pelas contra-ordenações e execuções fiscais relativas a dívidas de terceiros, cuja mora é superior a seis meses, sendo o montante anual calculado de acordo com o ponto 2.7.1 do POCAL, ou seja da seguinte forma:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

As provisões para riscos e encargos compreendem na sua totalidade a rubrica dos processos judiciais em curso, representando, o montante da indemnização ou encargo que a Autarquia prevê suportar relativamente a processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais esteja em curso. Neste âmbito, o valor constituído teve por base a informação do gabinete jurídico da Autarquia sobre os processos judiciais em curso e as informações recolhidas sobre a probabilidade de condenação do Município junto dos mandatários nomeados para este efeito, tendo-se adoptado o seguinte critério:

- a) Probabilidade de condenação muito baixa, provisão nula;
- b) Probabilidade de condenação média, constituição de provisão igual a 75% do valor da acção;
- c) Probabilidade de condenação elevada, constituição de provisão igual a 100% do valor da acção.

## **Remunerações a liquidar**

Incluída na rubrica de acréscimos e diferimentos do Passivo, corresponde à estimativa de férias e mês de férias, baseados nos valores fornecidos pela secção de pessoal correspondentes ao exercício ao exercício em apreço e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais no final de 2009, perante os funcionários pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar em 2010.

## **Acréscimos e Diferimentos**

No exercício de 2009, a Autarquia passou a registar as suas receitas e despesas de acordo com o princípio de especialização do exercício, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas e pagas, com excepção dos valores contabilizados na rubrica de “Proveitos Diferidos - Subsídios para Investimentos”.

Com efeito, ao longo dos anos, a contabilização dos proveitos diferidos para subsídios ao investimento é feita a cada recebimento e não com a homologação do projecto, não sendo efectuada a discriminação por projecto, o que impossibilitou as serviços efectuar (em tempo útil) a desagregação do valor total desta rubrica e, consequentemente identificar os bens imobilizados adquiridos em cada projecto e as respectivas amortizações, no sentido de se efectuar os ajustamentos necessários.

Neste âmbito, o POCAL preconiza que estes subsídios sejam reconhecidos como proveitos, numa base sistémica, à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, razão pela qual será necessário efectuar uma relação das amortizações já reconhecidas para os bens em causa, por projecto, no sentido de se

apurarem os ajustamentos a efectuar nesta conta por contrapartida das respectivas variações patrimoniais do exercício e de exercícios anteriores, trabalho só possível de realizar durante o ano de 2010, atendendo à sua complexidade e à falta de recursos disponíveis para este efeito.

### 8.2.7 Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

ACTIVO BRUTO						(Unidade:Euros)
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
<b>De bens de domínio público:</b>						
Terrenos e recursos naturais	321.090,40	0,00	46.000,00	0,00	0,00	367.090,40
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	2.642.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.642.500,00
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio publico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	335,95	0,00	0,00	0,00	0,00	335,95
público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Sub-total</b>	<b>2.963.926,35</b>	<b>0,00</b>	<b>46.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.009.926,35</b>
<b>De imobilizações incorpóreas:</b>						
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>De imobilizações corpóreas:</b>						
Terrenos e recursos naturais	2.918.073,35	0,00	0,00	0,00	0,00	2.918.073,35
Edifícios e outras construções	6.644.354,45	0,00	1.836.508,45	3.366,89	77.354,52	8.400.141,49
Equipamento básico	11.094,36	0,00	10.345,25	0,00	0,00	21.439,61
Equipamento de transporte	755.262,94	0,00	56.041,40	17.516,51	0,00	793.787,83
Ferramentas e utensílios	14.402,04	0,00	0,00	0,00	0,00	14.402,04
Equipamento administrativo	943.141,95	0,00	12.141,09	0,00	3.527,02	951.756,02
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	474.384,63	0,00	80.485,90	0,00	0,00	554.870,53
Imobilizações em curso	9.538.344,57	0,00	513.052,17	0,00	0,00	10.051.396,74
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Sub-total</b>	<b>21.299.058,29</b>	<b>0,00</b>	<b>2.508.574,26</b>	<b>20.883,40</b>	<b>80.881,54</b>	<b>23.705.867,61</b>
<b>De investimento financeiros:</b>						
Partes de capital	0,00	0,00	177.300,00	0,00	0,00	177.300,00
Obrigações e títulos de participação	135.453,81	0,00	0,00	0,00	0,00	135.453,81
Investimento em imóveis:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Titulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros titulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamento por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Sub-total</b>	<b>135.453,81</b>	<b>0,00</b>	<b>177.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>312.753,81</b>
<b>Total</b>	<b>24.398.438,45</b>	<b>0,00</b>	<b>2.731.874,26</b>	<b>20.883,40</b>	<b>80.881,54</b>	<b>27.028.547,77</b>

O valor constante na rubrica de Investimentos Financeiros “Obrigações e Títulos de Participação” refere-se ao custo de aquisição das participações nas empresas “Águas do Douro e Paiva, SA” e “CARNAGRI, SA”. Embora sem impacto no total da rubrica de Investimentos Financeiros, estas participações deveriam estar classificadas na rubrica “Partes de Capital”, razão pela qual se irá proceder no exercício de 2010 à referida correcção.

### Amortizações e Provisões

(Unidade:Euros)

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>De bens de domínio público:</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	800.035,70	138.196,44	85.000,00	1.023.232,14
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio publico	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Sub-total</b>	<b>800.035,70</b>	<b>138.196,44</b>	<b>85.000,00</b>	<b>1.023.232,14</b>
<b>De imobilizações incorpóreas:</b>				
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>De imobilizações corpóreas:</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	864.400,08	416.451,62	-631,35	1.280.220,35
Equipamento básico	9.295,64	1.819,09	0,00	11.114,73
Equipamento de transporte	570.908,94	32.827,07	-2.812,51	600.923,50
Ferramentas e utensílios	11.361,75	495,04	0,00	11.856,79
Equipamento administrativo	762.079,03	51.076,11	-3.527,02	809.628,12
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	225.953,11	26.080,40	0,00	252.033,51
<b>Sub-total</b>	<b>2.443.998,55</b>	<b>528.749,33</b>	<b>-6.970,88</b>	<b>2.965.777,00</b>
<b>De investimento financeiros:</b>				
Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento em imóveis:	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>3.244.034,25</b>	<b>666.945,77</b>	<b>78.029,12</b>	<b>3.989.009,14</b>

### 8.2.8 Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação exigida (Anexos Documentais - Fichas de Amortizações), com a excepção da inventariação do imobilizado em curso, processo ainda não concluído pelos respectivos serviços do Município, tendo em conta o volume, a especificidade de informação a tratar, e a falta de recursos para a preparação da informação com o nível de descrição solicitado neste ponto.

### 8.2.12 Imobilizações em poder de terceiros:

#### Cedidos por Protocolo de Cedência ou Contrato de Concessão

(Unidade:Euros)

Designação	Valor Bruto	Entidade
Polidesportivo de Feirão	74.820,00	Associação Desportiva e Cultural de Bairros
Polidesportivo da Cruz da Carreira	54.867,77	NNMM - Gestão de Equipamentos Desportivos, Lda
Polidesportivo Quinta do Pinheiro	29.927,87	Grupo Desportivo e Cultural de Castelo de Paiva
Piscina Municipal (Complexo) - Castelo	354.146,51	CIDEP - Centro de Iniciação Desportiva, Recreativa e Escolar de Fornos
Audatório Municipal	663.235,00	Academia de Música de Castelo de Paiva
Edifício Hospital Oliveira do Arda	124.699,47	Centro Social do Coulo Mineiro do Pejão
<b>TOTAL</b>	<b>1.301.696,62</b>	

## Imobilizações Reversíveis

### I. Terrenos Cedidos em Direito de Superfície para a Construção de Equipamentos Desportivos

(Unidade:Euros)

Designação	Valor Bruto	Entidade
Campo de Jogos Municipal de Oliveira do Arda	259.374,91	Oliveirense Futebol Clube
<b>TOTAL</b>	<b>259.374,91</b>	

### II. Terrenos Cedidos em Direito de Superfície para a Construção de Equipamentos Sociais

(Unidade:Euros)

Designação	Valor Bruto	Entidade
Terreno - Lote 29 - Quinta da Devesa	186.475,60	Centro Social de Santa Maria de Sardoura
<b>TOTAL</b>	<b>186.475,60</b>	

## 8.2.13 Bens utilizados em regime de Locação Financeira

(Unidade:Euros)

Descrição	Locador	Contrato n.º	Data Contrato	Capital Contratado IVA Incluído	Encargos do Ano		Amortização Acumulada (IVA Incluído)	Capital em Dívida 31.12.2009
					Amortizações	Juros		
Viatura Fiat Ducato Combi Matrícula - 28-AF-53	Banco BPI	2005100412	21.02.2005	26.449,75	5.112,76	221,89	21.074,28	5.375,47
Viatura de Recolha do Lixo - Volvo FM9 (4X2) CHH-STD Matrícula - 29-22-ZN	Banco BPI	10007255	18.11.2004	154.007,59	12.472,39	2.058,19	53.370,20	100.637,39
Viatura Volkswagen Passat Diesel Matrícula - 79-GQ-32	Banco BPI	005048/008/001	15.10.2008	33.857,50	6.723,94	455,33	6.723,94	27.133,56
<b>TOTAL</b>				<b>214.314,84</b>	<b>24.309,08</b>	<b>2.735,41</b>	<b>81.168,42</b>	<b>133.146,42</b>

## 8.2.16 Identificação das entidades participadas - societárias e não societárias

(Unidade:Euros)

Entidades Participadas - Societárias e não Societárias		Tipo de Entidade	Parcela Detida		Resultados do Último Exercício		
Designação	Sede		Valor	%	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exercício
AIMRD	Ayto Laguna de Duero. Plaza Mayor. N.º 1 - 47140 Laguna de Duero - Valladolid E	ENS	NA	NA	NA	NA	2009
CIM-TS	Av. José Júlio, 42 - 4560-547 PENAFIEL	ENS	NA	NA	ND	155.888,28	2009
AMVS	Pr. D. António Moirantes, n.º 45 - 4620-130 Lousada	ENS	NA	NA	7.962.378,76	1.181.797,16	2009
ANMP	Av. Mamoco e Sousa, 52 - 3004-511 Coimbra	ENS	NA	NA	1.048.686,13	221.993,61	2009
IAREN	Rua Dr. Eduardo Torres, 229 - 4450-113 Matosinhos	ENS	NA	NA	2.749.993,11	20.111,60	2009
ADRMAG	Praça Brandão Vasconcelos, 10 - 4540-110 Arouca	ENS	NA	NA	301.216,64	186.208,71	2009
CARNAGRI	Lugar da Carneira de Tiro - Bustelo - 4564-909 Penafiel	ES	55.300,00	0,84%	5.667.661,40	877,63	2009
ADP	Rua de Vilar, 235 - 5.ª - Apartado 55145 - 4050-626 Porto	ES	55.420,00	0,29%	22.948.129,00	2.484.478,00	2009
SIMDOURO	Vila Nova de Gaia	ES	177.300,00	0,77%	ND	ND	2009

#### Designação Siglas:

AIMRD - Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro (entidade sem contabilidade organizada)

CIM-TS - Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa

AMVS - Associação de Municípios do Vale do Sousa

ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses

IAREN - Instituto da Água da Região Norte

ADRMAG - Assoc. Rural Integrado das Serras de Montemor, Arada e Gralheira

CARNAGRI - Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, SA

ADP - Águas do do Douro e Paiva, SA

SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, SA

#### Outras Siglas:

ENS - Entidade não societária

ES - Entidade societária

NA - Não aplicável

ND - Informação não disponível aquando da elaboração deste documento

**8.2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.**

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado na conta **21.8 - Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa** e ascende no exercício de 2009 ao valor bruto de 36.554,45 euros.

**8.2.26 Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e caucões prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:**

**Contas de Ordem**

(Unidade:Euros)

Código e Designação das Contas	Saldo da gerência anterior	Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte
		Débito	Crédito	
Garantias e caucões.....	221.931,55	46.146,52	69.515,65	198.562,42
Recibos para cobrança.....	31.730,92	103.326,67	98.503,14	36.554,45
	<b>253.662,47</b>	<b>149.473,19</b>	<b>168.018,79</b>	<b>235.116,87</b>

**8.2.27 Provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:**

(Unidade:Euros)

Código das contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
<b>19</b>	<b>Provisões para aplicações de tesouraria</b>	0,00	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	0,00
<b>291</b>	<b>Provisões para cobranças duvidosas</b>	0,00	<b>28.213,55</b>	<b>0,00</b>	28.213,55
<b>292</b>	<b>Provisões para riscos e encargos</b>	0,00	<b>814.382,75</b>	<b>0,00</b>	814.382,75
<b>39</b>	<b>Provisões para depreciação de existências</b>	0,00	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	0,00
<b>49</b>	<b>Provisões para investimentos financeiros</b>	0,00	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	0,00
	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>842.596,30</b>	<b>0,00</b>	<b>842.596,30</b>

Como já foi referido no ponto 8.2.2 deste documento, 2009 foi o primeiro ano em foram constituídas provisões dando cumprimento ao disposto no ponto 2.7.1 do POCAL, com a finalidade de considerar uma dotação destinada a contrabalançar encargos ou prejuízos imputáveis ao exercício, mas de valor incerto ou de concretização posterior, representando assim, uma constituição de um fundo para fazer face a perdas de que ainda não se sabe o valor exacto (perdas potenciais).

Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, considerou-se as dívidas de terceiros em mora há mais de seis meses, sendo o montante anual determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- c) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- d) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

No caso das provisões para riscos e encargos o valor considerado refere-se ao montante da indemnização ou encargo que a Autarquia prevê suportar no âmbito de processos judiciais em curso.



## 8.2.28 Fundo Patrimonial

(Unidade:Euros)					
Contas	Fundos Próprios	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
<b>51</b> Património		11.732.130,28	1.943.212,50	124.898,45	13.550.444,33
<b>55</b> Ajustamento de partes de capital em empresas		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>56</b> Reservas de reavaliação		245.644,04	41.208,01	0,00	286.852,05
<b>57</b> Reservas:		501.948,67	117.875,61	0,00	619.824,28
<b>571</b> Reservas legais		501.948,67	102.274,34	0,00	604.223,01
<b>572</b> Reservas estatutárias		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>573</b> Reservas contratuais		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>574</b> Reservas livres		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>575</b> Subsídios		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>576</b> Doações		0,00	15.601,27	0,00	15.601,27
<b>577</b> Reservas decorrentes de transferências de activos		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>578</b> Regularizações entidades participadas		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>59</b> Resultados transitados		-12.570.588,94	-4.614.475,39	-3.693.542,38	-13.491.521,95
<b>TOTAL</b>		-90.865,95	-2.512.179,27	-3.568.643,93	965.598,71

Relativamente aos movimentos ocorridos no exercício de 2009 em cada uma das contas da classe 5, verificou-se o seguinte:

### Conta 51 - Património

O aumento do Património em cerca de 1,9 milhões de euros, decorreu da aplicação da proposta de resultados de 2008, aprovada em deliberação da Assembleia Municipal realizada a 30.04.2009.

A redução de cerca de 124.898, 45 euros teve por base uma correcção ao ajustamento efectuado inadequadamente em 2008, conforme mencionado nos pontos 9.3 e 9.4 do relatório da auditoria financeira realizada a 30.06.2009. Esta situação foi reposta em 2009, tendo-se transferido 83.690,44 euros para a rubrica de Resultados Transitados e 41.208,01 euros para a conta de Reservas de Reavaliação.

### Conta 56 - Reservas de Reavaliação

O aumento de 41.208,01 euros das Reservas de Reavaliação, refere-se a uma correcção relativa ao ajustamento efectuado ao imobilizado em 2008 por contrapartida da conta do Património, conforme consta do ponto 9.4 do relatório da auditoria financeira realizada a 30.06.2009, o qual identificou duas reavaliações referentes a terrenos (S. Gião e Lote n.º 1 da Zona Industrial de Felgueiras) contabilizadas indevidamente na conta de património.

### Conta 57 - Reservas

Estas contas encontram-se desagregadas ao nível do Balanço consoante a natureza das mesmas, designadamente:

#### 571 - Reservas Legais

Em relação à conta de Reservas Legais verificou-se um aumento decorrente da aplicação dos resultados de 2008, que por imposição do ponto 2.7.3.5 do POCAL, foi reforçada em 5% do Resultado Líquido do Exercício, totalizando o montante de 102.274,34 euros.

## 576 - Doações

A rubrica de doações foi movimentada durante o primeiro semestre de 2009, pela contabilização de um perdão de uma dívida inerente a um acordo de compensação celebrado entre o Município de Castelo de Paiva e a empresa “Nautilus - Indústria e Comércio de Mobiliário, SA”, no valor de € 15.601,27 euros.

## Conta 59 - Resultados Transitados

O valor da conta de Resultados Transitados relativo a 2009, abrange os movimentos contabilísticos do resultado líquido do ano de 2008, bem como diversas regularizações/correções de grande significado referentes a exercícios anteriores, com impacto aos mais diversos níveis, e que decorreram dos trabalhos de auditoria financeira de 30.06.2009 relativos aos ajustamentos constantes do ponto 10, capítulo VI do relatório final da referida auditoria, e da contabilização de dívidas anteriores a 2009 apuradas pela inspecção-geral de finanças não relevadas pelo Município no exercício a que diziam respeito.

### 8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

(Unidade: Euros)		
Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
<b>Existências iniciais</b>	0,00	153.897,24
<b>Compras</b>	0,00	342.448,10
<b>Regularização de existências</b>	0,00	0,00
<b>Existências finais</b>	0,00	170.652,81
<b>Custos no exercício</b>	<b>0,00</b>	<b>325.692,53</b>

### 8.2.31 Demonstração dos resultados financeiros

(Unidade:Euros)							
Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2009	2008			2009	2008
681	Juros Suportados	444.087,96	637.242,96	781	Juros obtidos	9.181,46	2.160,70
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações invest. em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	0,00	0,00
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rend. de participações de capital	2.739,21	3.321,02
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplic. Tesouraria	0,00	0,00	786	Desc. Pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	23.662,99	9.663,28	787	Ganhos na alienação de aplic. Tesour.	0,00	0,00
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	Resultados financeiros	-455.830,28	-641.424,52				
		11.920,67	5.481,72			11.920,67	5.481,72

Os resultados financeiros mantiveram-se negativos em 2009, no entanto houve uma melhoria em cerca de 28% face aos resultados obtidos no ano anterior, predominantemente por via de um decréscimo de 30% na rubrica de juros suportados,

face a 2008, e também, por via de um aumento na rubrica de juros obtidos do lado dos Proveitos.

A baixa dos juros suportados teve origem sobretudo na contabilização de juros relativos a empréstimos e a contratos de factoring que, em 2009, foi inferior em 30% ao encargo de igual natureza relevado em 2008, em virtude da regularização da dívida efectuada no âmbito do contrato de financiamento do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), no montante de 8.750.000 euros, celebrado com a DGTF e o banco Millennium BCP em Agosto de 2009.

O aumento de outros custos e perdas financeiras em mais 11.951,55 euros face ao período antecedente, resultou essencialmente de um incremento das comissões de processamento de garantias e transferências bancárias.

### 8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

(Unidade: Euros)							
Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2009	2008			2009	2008
691	Transferências de capital concedidas	163.285,27	168.046,86	791	Restituição de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	10.230,05	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	2.735,54	445.716,29	794	Ganhos em imobilizações	44.804,67	362.250,25
695	Multas e penalidades	0,00	0,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	20.747,37	11.157,34
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações/provisões	0,00	0,00
697	Correcções relativa a exercícios anteriores	46.433,36	458,94	797	Correcções relativas a exercícios ant.	0,00	3.494,36
698	Outros custos e perdas extraordinários	689.003,39	85.897,03	798	Outros proveitos e ganhos extraordin.	145.072,59	135.390,64
	<b>Resultados extraordinários</b>	<b>-690.832,93</b>	<b>-178.056,58</b>				
		<b>210.624,63</b>	<b>532.292,59</b>			<b>210.624,63</b>	<b>532.292,59</b>

Face a 2008, os resultados extraordinários registaram uma quebra significativa no valor de -972.981,36€, essencialmente por via do aumento substancial verificado nas rubricas de correcções relativas a exercícios anteriores e de outros custos e perdas extraordinárias, no montante de 45.974,42 euros e 603.106,36 euros, respectivamente, acompanhado por uma diminuição em cerca de 337.445,58 euros na rubrica de ganhos em imobilizações, do lado dos proveitos.

O aumento verificado na rubrica de correcções relativas a exercícios anteriores teve origem no reconhecimento de custos de pequeno montante relativos a exercícios anteriores.

Já no que se refere ao aumento significativo verificado na rubrica de outros custos e perdas extraordinárias, tal deveu-se à contabilização das seguintes acções judiciais, cuja resolução pelos Tribunais ocorreu no 2.º semestre de 2009:

- Acção Administrativa Comum n.º 597/05.0BEPNF - Jaime Queirós Ribeiro, Lda, no montante de 527.000 euros;
- Acção Administrativa Comum n.º 2503/051BEPRT - Construções Edgar Miller, Lda, no montante de 120.000 euros;
- Acção Judicial n.º 196/99 - António Pinto Santana, Lda, no montante de 29.705,13 euros.

Atendendo a que nos exercícios anteriores não foi efectuada provisão para registar as responsabilidades derivadas dos riscos cuja resolução pelos tribunais estivesse em curso,

por falta de cabimento orçamental na rubrica adequada, os valores mencionados foram relevados inadequadamente na conta outros custos e perdas extraordinárias aquando da decisão do tribunal, o que gerou um acréscimo substancial nesta rubrica de cerca 702%.

Por outro lado, o valor registado na rubrica de ganhos em imobilizações foi inferior em 88% aos ganhos de igual natureza relevados em 2008.

### **8.3 - Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução**

A informação sobre este ponto consta dos mapas acompanham os documentos de prestação de contas do Município, construídos de acordo com o definido no POCAL, designadamente no que se refere aos seguintes pontos:

#### **8.3.1 - Modificações do Orçamento**

##### **8.3.1.1 - Modificações do Orçamento - Receita**

##### **8.3.1.2 - Modificações do Orçamento - Despesa**

#### **8.3.2 - Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos**

#### **8.3.3 - Contratação Administrativa**

##### **8.3.3.1 - Situação dos Contratos**

#### **8.3.4 - Transferências e Subsídios Concedidos e Obtidos**

##### **8.3.4.1 - Transferências Correntes - Despesa**

##### **8.3.4.2 - Transferências Capital - Despesa**

##### **8.3.4.4 - Transferências Correntes - Receita**

##### **8.3.4.5 - Transferências Capital - Receita**

#### **8.3.6 - Situação e evolução da dívida e dos juros**

##### **8.3.6.1 - Empréstimos**

##### **8.3.6.2 - Outras Dívidas a Terceiros**